

“Preparando para uma vida útil e proveitosa, para si e para a Pátria”: Um estudo etnográfico das práticas estatais sobre a infância pobre no extremo sul no Brasil.

Pereira, Fabíola y Machado, Beatriz.

Cita:

Pereira, Fabíola y Machado, Beatriz (2024). *“Preparando para uma vida útil e proveitosa, para si e para a Pátria”: Um estudo etnográfico das práticas estatais sobre a infância pobre no extremo sul no Brasil*. 6tas Jornadas de Estudios sobre la Infancia, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/6jornadasinfancia/52>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/ez2b/zuR>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

“Preparando para uma vida útil e proveitosa, para si e para a Pátria”: Um estudo etnográfico das práticas estatais sobre a infância pobre no extremo sul no Brasil.¹

Introdução:

Neste texto apresentamos os resultados parciais de um estudo etnográfico realizado junto ao acervo histórico do Câmpus Pelotas – Visconde da Graça (CaVG), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Os dados que apresentamos foram obtidos a partir da pesquisa intitulada: “Memória e Assistência: investigação sobre as formas ‘ser assistido’ no contexto e uma instituição de ensino”, realizada durante os anos de 2022 e 2023, que contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), do IFSul.

O projeto desenvolvido deu continuidade à pesquisa realizada para a tese de Doutorado em Ciências Sociais, finalizada no ano de 2018, com o título *“Nestes termos, pede deferimento”: uma etnografia das dinâmicas e das práticas de assistência em uma instituição de ensino agrícola, na cidade de Pelotas, RS, Brasil (1923-1990)*. Partindo deste estudo anterior que, analisou as práticas interventoras sobre meninos pobres, que nos anos 1920, no Brasil, teve nos patronatos agrícolas uma de suas formas de atuação, buscamos neste artigo apresentar os discursos e as práticas que moldaram e conduziram em nível local este formato institucional, e seus desdobramentos ao longo dos anos, uma vez que, foram muitos os objetivos e projetos educacionais levados adiante aos também nomeados “desvalidos da sorte”². Os patronatos de maneira geral, e o Visconde da Graça, em particular, tinham como estratégia o internamento de meninos órfãos e, neste artigo destacamos sua relevância como elemento histórico para a compreensão das dinâmicas de assistência na cidade de Pelotas e na região, e, das práticas estatais voltadas ao acolhimento de jovens em vulnerabilidade levadas adiante pelo Estado brasileiro.

¹ Fabíola Mattos Pereira é Doutora em Ciências Sociais pela PUCRS, docente de Sociologia no IFSul/CaVG e coordenadora do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (NEPEC), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Câmpus Pelotas – Visconde da Graça (CaVG). Beatriz Riveiro Machado é bolsista de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda, no IFSul/CaVG.

² No contexto deste estudo “desvalidos da sorte” diz respeito a uma categoria de crianças que não possuía um dos genitores (pai ou mãe), ou ambos.

Neste texto, em razão do recorte da pesquisa, apresentaremos o período referido a uma década, enquanto perdurou o Patronato Agrícola Visconde da Graça (PAVG), até a transformação em Aprendizado Agrícola Visconde da Graça (AAVG)³.

Mantendo a infância “desvalida” como objeto de atenção, verificamos certa distância entre o que estava previsto em lei e o que era efetivamente praticado nas instituições. Da mesma forma, ao longo de uma década (1923-1933), foi se tornando cada vez mais evidente o esgotamento do modelo dos patronatos, cujo caráter assistencial confrontava com a modernização educacional almejada, naquele período, pelo Estado brasileiro. Por isto, a proposta inicial, que tinha como questão central responder: “Quais discursos colaboraram para as lógicas de intervenção à infância e juventude, propostas com a criação do ensino agrícola, e que configuraram diferentes modelos de ensino e de assistência?” foi repensada e, ao longo da investigação, se mostrava cada vez mais necessário apresentar o descompasso entre o que estava previsto em lei (mesmo naquele modelo que já demonstrava sinais de enfraquecimento no interior do Ministério da Agricultura) e o que estava sendo efetivamente realizado junto aos “desvalidos” enviados para o PAVG, na cidade de Pelotas. Assim, antes mesmo de migrar para um novo modelo educacional (os aprendizados agrícolas), o PAVG já sentia o enfrentamento destes dois projetos, tendo adotado, como se verá ao longo deste texto, o aprendizado como formato de intervenção sobre a infância e juventude.

Adotou-se a etnografia documental como abordagem metodológica, descrevendo as práticas em nível micro numa intenção de interlocução com a realidade social, entendendo que os sujeitos compartilham sentidos comuns para suas práticas. Mantendo o acervo histórico sob guarda do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (NEPEC) como campo da pesquisa, damos continuidade ao estudo etnográfico dos documentos, associando-o com levantamento bibliográfico sobre o tema.

Os dados obtidos nesta investigação serão apresentados em três eixos: práticas de ensino, trabalho, saúde e estrutura física. Tais dados foram articulados com os decretos, leis e regulamentos relativos ao ensino agrícola no Brasil e, refletem sobretudo as práticas cotidianas vividas no contexto da instituição investigada.

³ Os Aprendizados Agrícolas foram definitivamente instalados no ano de 1934, por força do Decreto nº 24.115, de 12 de abril de 1934 e, diferentemente dos patronatos agrícolas tinham o caráter de ensino técnico e profissional, diferentemente dos primeiros cuja função era basicamente assistencial. Neste decreto consta que os patronatos deixam de contar com recursos públicos porque “[...] escapam à finalidade daquele ramo da administração pública”, devendo, por isso, serem transformados em aprendizados agrícolas.

Sobre a abordagem metodológica e o estudo dos documentos:

A abordagem da realidade tomada através dos documentos apresenta uma particularidade, uma vez que os interlocutores (documentos) não respondem diretamente às perguntas que colocamos, nos conduzindo a um mergulho profundo em sua direção, exigindo uma imersão em campo e uma atenção redobrada a pequenos sinais.

O ponto de partida desta investigação é o universo de uma instituição de ensino centenária e seu arquivo histórico. Várias produções acadêmicas foram conduzidas tendo o acervo histórico como campo de pesquisa, destacando-se trabalhos de conclusão de cursos, dissertações (SILVA, 2016) e teses (VICENTE, 2010; RIBEIRO, 2018; PEREIRA, 2018).

A partir de 2014, com a consolidação do espaço do acervo histórico por um grupo de pesquisadores e pesquisadoras vinculados ao Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Pesquisa (NEPEC), o material documental, imagético, dentre outros que o compõem, ganharam destaque e visibilidade por parte da comunidade acadêmica local, bem como de outras instituições de ensino e pesquisa.

A pesquisa sobre as instituições tem sido objeto de investigadores no campo das Ciências Sociais já tem algum tempo, seja em escolas, internatos, prisões (FOUCAULT, 2014). As produções indicam que historicamente há sujeitos alvo de atenção estatal (dos governos) e, neste estudo, centramos na infância e na juventude (DONZELOT, 2001; VIANNA, 1999; RIZZINI, 2011; VILLALTA, 2012; FONSECA, 1995, 2000). Em grande medida, ao longo da história brasileira, a infância e a juventude pobres têm sido objeto da ação do Estado, e neste sentido, o tema da tutela ganha relevância: “(...) a tutela permite uma intervenção estatal corretiva e salvadora, mas às custas de uma despossessão quase total dos direitos privados” (DONZELOT, 2001, p. 87)

A tutela, tema que se articula com o estudo das instituições, forma um dueto numa relação visceral, que contribui para refletir sobre os corpos considerados objetos de intervenção; e as instituições, os lugares em que tais domínios se exercem de maneira autorizada:

Assim, crianças e jovens passam a ser objeto das ações estatais de modo coordenado, articulado e amparado em um complexo de tutelarização, tomando os diferentes âmbitos da vida familiar como alvo de ações organizadas: já que as famílias não o fazem, que o Estado e suas instituições o façam. (PEREIRA, 2018, p. 58-59)

Diante deste contexto, verificamos em projetos de pesquisa anteriores que, no Visconde da Graça gradualmente assistiu-se a alteração das práticas e dos sentidos da ação estatal sobre a infância e a juventude. E, vemos paulatinamente a inauguração de

uma nova forma de compreender tais sujeitos, sobretudo dotando-lhes de um novo status, o de cidadãos (ARIÈS, 1978).

A investigação em documentos seguiu como uma prioridade nesta etapa da investigação, tendo o acervo histórico sob guarda do NEPEC, sua fonte primária de pesquisa. A etnografia documental, método qualitativo que tem como base o olhar antropológico sobre a análise da realidade social, tem por objetivo descrever as práticas em nível micro numa intenção de interlocução com a realidade social mais ampla, por entender que os sujeitos compartilham sentidos comuns para suas práticas.

O ponto de vista dos sujeitos investigados, ou seja, aquele descrito nos documentos, compõe o que se denomina de aldeia-arquivo, numa alusão ao método tradicional inicialmente da disciplina de Antropologia, que tomava por referência as aldeias e/ou pequenas comunidades. Seguindo a perspectiva da Antropologia Interpretativa, iniciada por Clifford Geertz (2012), referimos a necessidade de uma descrição densa da realidade dos documentos. Neste sentido é possível obter os dados de campo e, para o autor, os dados:

(...)são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem. [...] Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 2012, p. 7)

O movimento que se realiza, do particular ao geral, nos possibilita compreender as lógicas acionadas pelo grupo investigado, sem incorrer em análises apressadas, que levariam a mera reprodução do ordenamento social mais amplo, sem a devida análise da cultura subjacente que permeia as relações.

Desta maneira a abordagem da realidade tomada através dos documentos é de outra natureza, uma vez que os interlocutores (os documentos) não respondem diretamente às perguntas colocadas. Eles provocam, por isso, um mergulho profundo em sua direção, exigindo do pesquisador uma imersão ainda maior em campo e uma atenção redobrada a pequenos sinais. Por isso, a preocupação com a abordagem etnográfica dos documentos deve: “levar a sério os documentos como peças etnográficas implica tomá-los como construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte [...] quanto por aquilo que conscientemente sedimentam. (VIANNA, 2014, p. 47)

Tomamos os servidores e seus argumentos em falas escritas em registros nos relatórios e documentos produzidos pela instituição e mantidos no acervo, como estratégia de acesso ao universo estatal, como busca de uma rede de sentidos para compreender as transformações naqueles que passaram a ser alvo dos projetos institucionais e dos modelos

de educação que se objetivava construir para a sociedade brasileira. Na pesquisa junto aos documentos do acervo histórico encontramos relatos e descrições sobre a estrutura de ensino, as quais apontam que a instrução esteve voltada para o desenvolvimento dos meninos com o objetivo de os tornar futuros trabalhadores do país. Além deste ponto destaca-se que, o ensino profissional, em seus primórdios levou um tempo até se consolidar, como se pode constatar pela análise dos relatórios, seja pela falta de professores, inexistência de um sistema regular e organização por turmas conforme progressos acadêmicos.

1.1 - Do local ao nacional: tentativas de articulação etnográfica

1.1.1 - As práticas de ensino no Visconde da Graça:

Em 28 de fevereiro de 1918, pelo decreto presidencial nº 12.893 o Ministério da Agricultura é autorizado a criar patronatos agrícolas, cujo objetivo era o de fornecer educação a menores desvalidos. O regulamento dos patronatos é aprovado com o decreto nº 13.706 de 25 de julho de 1919 trazendo em seu primeiro artigo que tais instituições eram exclusivamente destinadas às classes pobres.

O Patronato Agrícola Visconde da Graça (PAVG), atual Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) Câmpus Pelotas Visconde da Graça (CaVG), foi criado em 9 de novembro de 1921, pelo decreto nº 15.102 mas só teve sua inauguração e começo de funcionamento em 12 de outubro de 1923, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Sua duração foi de quase 11 anos, até 1934 quando o patronato passa a ser Aprendizado Agrícola do Rio Grande do Sul.

O objetivo do patronato agrícola era formar pequenos cultivadores e trabalhadores rurais. Com uma estrutura peculiar, a organização da aprendizagem, de acordo com a legislação, se constituía em curso “primário” e “profissional”:

Art. 12: Haverá simultaneamente cursos primários para os menores analphabetos ou de instrução primário deficiente, assim como officinas para ensino profissional elementar, apropriada a dar-lhes habilidade manual nos officios que mais relacionem com as necessidades do amanho e do cultivo do sólo como sejam as de ferreiro, carpinteiro e selleiro.

Analisando de maneira próxima a legislação verificamos que, curso profissional e ensino profissional atuavam como sinônimos, conforme se observa nos artigos abaixo, extraídos da lei de criação dos patronatos:

Art. 15: O curso dos patronatos agrícolas será primário e profissional.

Art. 16: O ensino primário comprehende tres cursos distintos: elementar, médio e complementar.

Na continuidade, na análise da lei, encontramos que os cursos elementar e médio além de compreender a aprendizagem de leitura, escrita, matemática, história e geografia contemplavam também jogos ao ar livre e trabalhos manuais. Mais adiante, na mesma lei, encontramos menção aos cursos complementares que, no artigo 20 aponta o seguinte:

O curso primário complementar constituirá em revisão e ampliação do curso anterior, conforme a natureza de cada patronato, e será incluído nas instruções organizadas pela Directoria do Serviço de Povoamento e aprovadas pelo ministro.

Verifica-se assim que, nos patronatos, a aprendizagem agrícola se articulava intimamente com o trabalho prático, conforme encontrado no artigo 18, da lei de criação dos patronatos.

Art. 18: Os menores trabalharão simultaneamente nos campos de cultivo, jardins, oficinas e instalações do estabelecimento, obedecendo-se ao critério da idade, da compleição física, etc.

Aliado a isto, eram ofertadas aulas de ginástica e escotismo, instrução moral e cívica, e música, a que tinha na banda marcial sua demonstração mais evidente. Além disso, eram também organizadas excursões, cujo objetivo era, conforme extraído do artigo 11: “[...] melhorar, esclarecer e guiar os alunos nos mistérios da vida agrícola”.

A investigação, além de revisar os regulamentos e legislações emanadas em nível nacional, tomaram os relatórios anuais produzidos pela instituição, bem como as correspondências oficiais emitidas e recebidas pelo PAVG como campo de investigação estratégico para a etnografia documental. Para ilustrar o que indicamos acima, na sequência, selecionados junto aos documentos, relatos produzidos pela instituição, os quais enfatizam uma série de registros das participações nas excursões realizadas pelos estudantes do Patronato Agrícola, tal como preconizado na lei. Tal procedimento será realizado de maneira regular daqui para frente, neste relatório:

As excursões pela falta de meios de transporte, limitaram-se à visita à Exposição de Avicultura, estabelecimentos nas proximidades do Patronato, passeatas à cidade, etc. (Relatório Anual de 1924)

[...] Os menores durante o ano fizeram algumas excursões, como passeatas à cidade, visita à Exposição de Avicultura e mais duas excursões num total de 7 quilômetros, realizadas no mês de dezembro do corrente ano. (Relatório Anual de 1925)

O Patronato Agrícola Visconde da Graça funcionava exclusivamente em regime de internato masculino para menores de 10 a 16 anos. Nos documentos investigados no período de 1924 - 1933, foram encontrados estudantes com idade inferior a 10 anos, sendo o mais jovem um menino com 7 anos de idade. Ressaltamos que a instituição, neste período, não contava com a presença de meninas na condição de estudantes, o que virá a ocorrer alguns anos mais tarde.

No ano de 1924, um total de 90 meninos entre 8 a 15 anos de idade tiveram somente as aulas de leitura e aritmética. Estes meninos foram divididos em duas turmas: série A e série B, que segundo os relatórios consultados, está nomeado de ensino primário. Assim, depreendemos que, o ensino primário neste ano esteve voltado somente para alfabetização, não sendo ofertados conhecimentos específicos de outras disciplinas como instrução moral e cívica, história natural, etc., conforme previsto na legislação de criação dos patronatos.

Destacamos que os relatórios investigados diferenciavam o “ensino profissional” que tratava da organização e desenvolvimento das oficinas de selaria, ferraria e carpintaria, do “ensino agrícola” que se voltava para o estudo teórico e prático de agricultura. Destacamos tal distinção nos excertos abaixo:

Esta parte do ensino profissional (grifo nosso), compreendido nas tres officinas ainda em organisação, prehencheu como era meu desejo e regulamentar o seu verdadeiro objectivo, pela falta de ferramentas e de materiais de aprendizagem. Por isso, não houve até a presente data renda das mesmas nem trabalhos de maior importancia, para demonstrações praticas do ensino profissional tão necessario como complemento da instrucção pratica rural que se ministra aos menores. [...] O ensino agrícola (grifo nosso) versou sobre a composição da terra, seu aproveitamento, factores indispensáveis a vegetação, definição da planta, suas partes componentes, elaboração da seiva, multiplicação, correctivo dos differentes typos de sólo. Ferramenta e machinaria agricola descripção das differentes typos de arados, grades, semeadeira, etc. (Relatório anual de 1924)

De acordo com o decreto de 1919, capítulo 5, artigo vigésimo quinto, referente aos docentes do patronato, menciona que um professor deveria se responsabilizar por até 40 alunos. No entanto, nos 4 primeiros anos, ou seja, de 1923 até 1927, o ensino primário contou com apenas um único professor responsável por dois cursos, o elementar e o médio. Somente naquele ano, 1927, o segundo professor oficialmente começaria a lecionar. O terceiro professor ingressaria, um ano depois, em 1928, quando começava a implantação do curso complementar, o terceiro curso do ensino primário previsto no capítulo 4, artigo décimo sexto.

Em 1925, as disciplinas previstas para os dois primeiros cursos, já estão organizadas de acordo com o capítulo 4, do Decreto nº 13.706, de 25 de julho de 1919:

Art. 17: O programma nos dous primeiros casos comprehenderá:

- a. leitura, escripta e ensino pratico da lingua materna, no qual as lições teóricas de grammatica, reduzidas ao minimo, serão dadas intuitivamente em exercicios schematicos, que conduzam o alumno a fallar e escrever correctamente a lingua portugueza; b) contar e calcular arithmetica pratica até regra de tres, ensinada successivamente por processos espontaneos e systematicos; c) systema metrico, precedido do estudo de geometria pratica, tachimetria; d) elementos de geographia e historia do Brasil, por meio de lições simples, intuitivas, leituras, preleções e conferencias; e) lições de cousas e noções concretas e ciências physico-chimicas e de historia natural; f) instrucção moral e civica, noções elementares de hygiene; g) desenho; h) musica, compreendendo conticos escolares e patricicos; i) passeios

excursões de plantas, insectos, etc., para a organização de pequenas collecções escolares; j) gymnastica sueca e jogos ao ar livre; k) trabalhos manuaes.

O método de ensino dos professores do primário em todos estes anos foi feito de uma forma intuitiva e prática, conforme indicados no artigo décimo:

Art. 10: O ensino ministrado nos patronatos agricolas é intiutivo, pratico e limitado á condição do pequeno cultivador ou do trabalhador rural, comprehendendo noções rudimentares de agricultura em seus diferentes ramos, mecanica agricola, criação, hygiene, tratamento, alimentação dos animais domesticos e indústrias rurais.

De acordo com o capítulo 9, artigo octogésimo nono, concluintes estariam aptos a receberem “certificado de capacidade”, contudo, nos relatórios anuais não foi encontrado nenhum registro de alunos que se formaram durante o patronato, nem tão pouco o período de duração das etapas formativas e dos cursos. Assim, indicamos que o período de estadia na instituição não tinha referenciais mínimos e máximos como se assiste na atualidade. Somente no ano de 1931 foi encontrado, em um relatório anual, depoimento escrito com relato de um professor que indicava o tempo máximo de permanência na instituição: 3 anos. Abaixo, o excerto verificado no relatório anual de 1931:

Em fevereiro iniciaram-se os desligamentos, de acordo com o regulamento, de trinta e tantos educandos dos mais antigos, isto é, que já se achavam internados no Patronato há três anos, nas vagas dos quais iam sendo imediatamente matriculados menores orfãos, desvalidos. (Relatório Anual de 1931).

Sobre o total de alunos matriculados, foi constatado aumento de estudantes ao longo dos anos. Destacamos que, no ano de 1931, o número de matrículas atingiu 130 estudantes, observando determinação emanada do Diretor, Álvaro Simões Lopes. No ano seguinte, 1932, já contando com novo diretor, Jayme Soares de Oliveira, a instituição alterou sua capacidade para 180 alunos.

No 1934 é o ano da alteração de Patronato Agrícola para Aprendizado Agrícola, tendo o seu ano letivo como Aprendizado com menos de seis meses. No relatório anual deste ano não se encontra nenhum relato de como foram os meses anteriores à mudança, decretada em 12 de abril de 1934.

1.1.2 - *“Preparando para uma vida útil e proveitosa, para si e para a Pátria”*: Articulações entre trabalho e ensino prático no Patronato Agrícola Visconde da Graça

A frase que motiva o subtítulo deste item foi extraída de um dos relatórios anuais investigados junto ao acervo histórico do NEPEC, do ano de 1932. No contexto em que foi extraída havia menção sobre a realização dos trabalhos práticos no PAVG, e sua articulação com as aprendizagens realizadas em sala de aula, quando ocorriam. Naquele contexto, não era estranho aceitar a inexistência de número mínimo de professores, bem como, a realização de trabalhos práticos em tempo integral, especialmente porque este era

um dos objetivos dos patronatos: evitar a ociosidade e garantir que menores desvalidos se mantivessem ocupados e distantes dos centros urbanos. O extrato que motivou a realização deste debate está retratado a seguir:

Como complemento das linhas acima, grato me é dizer, Sr. Diretor, que todos esses ensinamentos foram ministrados, por cada um dos seus responsáveis, como bem sabe V.S., de uma maneira prática e intuitiva, visando o maior aproveitamento no menor tempo possível, - preparando dessa - forma para uma vida útil e proveitosa, para si e para a Pátria, muitos daqueles que, se não fora isso, seriam, quem sabe? futuros criminosos. (Relatório Anual de 1932)

Neste sentido, o ensino profissional era caracterizado pelo trabalho prático nas três oficinas do patronato: carpintaria, selaria e ferraria. E, em cada uma havia um responsável que era conhecido por “mestre”.

No decreto 12.893 de 1918, que trata da criação dos patronatos, aponta que o ensino profissional tornaria a produção agropecuária mais proveitosa e restabeleceria o equilíbrio da população urbana e rural. O Presidente da República Wenceslau Braz, que assina o decreto, ainda aponta nas considerações iniciais que justifica a legislação recém criada, que seria dever do governo aumentar a população rural e formar agricultores brasileiros visando o engrandecimento do país. Assim, os patronatos estariam incumbidos de formar trabalhadores aptos tomando os menores desvalidos como público preferencial.

E, para cumprir com seus objetivos, as oficinas foram instaladas de imediato junto ao PAVG. Antes mesmo de ver estruturado o ensino formal ministrado por professores (aqui se deve considerar que os professores eram geralmente agrônomos, sem necessidade de habilitação para o ensino), o patronato teria estruturado seu conjunto de oficinas, as quais figuravam ao lado dos trabalhos nas lavouras e campos, a proposta de intervenção aos menores desvalidos na cidade de Pelotas.

No ano de 1924 a oficina de carpintaria aconteceu de uma forma improvisada por falta de recursos, materiais adequados e espaço físico. O trabalho dos meninos na oficina voltou-se principalmente a consertos nas dependências do Patronato.

Já a oficina de ferraria começou somente no mês de junho de 1924, com a nomeação do mestre responsável. Da mesma forma como evidenciado na oficina de carpintaria essa também sofreu com falta de recursos, sendo que as atividades realizadas estavam voltadas aos reparos em objetos e prédios.

O mestre da oficina de selaria forneceu o seu próprio material de trabalho para que os alunos tivessem ferramentas para as atividades. As ferramentas e os materiais adequados foram disponibilizadas somente no ano de 1925, o que permitiu o exercício das atividades com melhores condições.

O trabalho dos menores nas oficinas era praticamente o de manutenção dos prédios e objetos do Patronato. Na oficina de carpintaria, atividades como pinturas de bancos, portas e janelas eram realizadas rotineiramente. Enquanto nas oficinas de selaria, foram feitos reparos em sapatos, rédeas, buçal, sela, além de consertos e confecções de lampiões, abraçadeiras e dobradiças.

Nos relatórios de 1923 e de 1933, encontramos registros que mencionam os trabalhos práticos realizados nas oficinas. Destacamos para o ano de 1926, o trabalho desenvolvido na oficina de carpintaria, que está destacada, a seguir:

Esta officina a mais util das tres, muito nos tem auxiliado nas reparações, conservação e construções que foram obrigados a fazer durante todo o anno. (Relatório da oficina de carpintaria em 1926)

Já no relatório de 1933, vemos que as oficinas uma década após a criação do Patronato Agrícola Visconde da Graça, estão melhor estruturadas, contando com atividades regulares. No excerto, encontramos que:

Os educandos, conforme as determinações regulamentares, frequentaram as três oficinas, em turmas de 6 menores, diariamente, com preferência aqueles que demonstraram mais gosto e aproveitamento. (Relatório do ensino profissional no relatório anual de 1933)

O ensino agrícola era feito em dois momentos: uma parte teórica em sala de aula e, outra parte prática nas seções de produção agrícola da instituição que eram apicultura, jardinocultura, horticultura, pomicultura, sericultura e viveiro. As aulas eram ministradas por um profissional da área de agronomia.

Nas aulas teóricas eram abordados conteúdos como: origem das terras, classificação das camadas terrosas, componentes de solo, noções de ciências naturais e botânica, classificação de plantas, função dos órgãos vegetais, maquinaria agrícola, classificação e nomenclatura, adubos e modos de aplicação, serviços agrícolas, sementes e suas épocas, germinação de sementes, épocas para colheitas. Para as aulas práticas os menores realizavam atividades como manejo de instrumentos de lavoura, lavração e serviços na horta, pomar e viveiro, poda, enxertia e profilaxia vegetal.

O estudo prático de agricultura realizado no ano de 1924, contava com aulas ministradas diariamente, de aproximadamente uma hora, pelo auxiliar agrônomo. Após, se dirigiam aos trabalhos nos campos do Patronato. Neste relatório de 1924, há registrado que os exames finais não foram realizados com os menores da série B, da segunda turma, por serem “muito pequenos”.

Encontramos no relato de 1925 que, “[...] os educandos acompanharam todos os serviços de locação, demarcação e plantação de pomar, praticaram enxertia, póda, preparo de lavouras, horticultura, jardinocultura e mais serviços.” (Relatório Anual de 1925), o que

permite pensar sobre as articulações entre ensino e práticas agrícolas, as quais foram impostas aos menores cujas famílias não tinham condições de os prover. A prática nas oficinas e campos foi amplamente adotada como estratégia de evitação à vadiagem e à criminalidade, sendo acionada como recurso que perdurou ao longo dos anos, mesmo após a extinção dos patronatos agrícolas. Em tal concepção, o futuro da criança pobre era ser um adulto trabalhador.

1.1.3 - “A melhoria da luz elétrica facilitaria o trabalho dos guardas e diminuiria o risco de incêndios”: A estrutura física e as condições de vida e de trabalho no Visconde da Graça

Neste subitem intencionamos apresentar alguns aspectos que contextualizam as dinâmicas de vida e trabalho no Visconde da Graça. Tomando alguns aspectos de referência como a estrutura física das edificações, a iluminação e o acesso à água, telefonia e transporte, bem como também as condições de saúde e as práticas adotadas para evitação e controle às doenças e “moléstias”, pretendemos apontar as dificuldades e carências vivenciadas no Visconde da Graça, desde sua instalação e, na sequência, transformação em Aprendizado Agrícola.

Em grande medida os relatórios e correspondências estudadas abordam a falta de estrutura física, bem como as dificuldades para realização dos trabalhos, sejam estes nas lavouras, nas oficinas ou salas de aula. Os relatórios mencionam falta de banheiro e chuveiros, o que implicou por muitos anos na dificuldade de condições adequadas de higiene.

No início das atividades oficiais, datado de outubro de 1923, a instituição não contava com chuveiros. Para a inauguração foram construídos somente banheiros sem chuveiros, o que se aproxima do que conhecemos por lavabo, atualmente. Tal modelo de construção seguiu cópia fiel de edificação datada do ano de 1921, adotada no Patronato Agrícola da Parayba, prática largamente adotada no período, ou seja, um mesmo projeto a ser replicado em diferentes estados.

Nos registros do ano de 1924, foram identificadas as seguintes construções: pavilhão principal e dependências contendo um pavilhão dormitório; um pavilhão refeitório com cozinha, copa e despensa; um pavilhão de aula com enfermaria, consultório médico, gabinete dentário e oficinas de carpintaria e selaria; um pavilhão da diretoria e almoxarifado; dois pavilhões sanitários; duas casas juntas para funcionários; um galpão de abrigo para animais e; um galpão para oficinas.

No relatório do ano de 1926, é registrada a dificuldade de manutenção das edificações, as quais decorrem da baixa qualidade das construções. São constantes relatos de intempéries climáticas, que promovem danos materiais e necessidades constantes de reparos em prédios, galpões e estábulos. Abaixo, registro de um dos relatos sobre a baixa qualidade das construções no Patronato Agrícola Visconde da Graça:

Tem-se por diversas vezes e em todos os pavilhões se procedido ao retelhamento em consequencia da má construção dos edificios do Patronato, que não resistem aos ventos fortes do inverno. (Relatório Anual de 1926)

Temos relato semelhante no Relatório Anual de 1928, cinco anos após a inauguração do PAVG:

[...] principalmente na parte de retelhamento, é quasi mensal, um serviço de reconstrução, ocasionado pelo levantamento de telhas pela violencia dos ventos dominantes nesta zona. (Relatório Anual de 1928)

No ano de 1925, há relato sobre a baixa qualidade dos serviços de energia existentes no Patronato. Quase 10 anos depois de sua inauguração, no ano de 1932, o estabelecimento é, finalmente, abastecido por luz elétrica depois de muitos pedidos dos diretores. Até 1930 foram adotados lampiões de querosene e, na sequência, os lampiões passaram a ser alimentados por gasolina. A melhoria da luz elétrica facilitaria o trabalho dos guardas e diminuiria os riscos, incluindo os de incêndio, de se viver num local com extensa área:

A falta de iluminação no Estabelecimento além dos seus inconvenientes, acarreta mais despesas, pois além do guarda vigilante para cuidar os menores durante a noite torna-se necessario o auxilio de um “rondador”, pois aquele não pode abandonar o pavilhão dormitório. (Relatório Anual de 1926)

[...] A iluminação actual é insuficiente, cara e prejudicial, sob todos os pontos. Nas noites de inverno , antes dos menores se acomodarem, damos uma hora de estudo, pois já é escuro e é conveniente aproveitar o tempo. Às 6 horas escurece. No estudo, na portaria, cosinha e cópa, uzamos os lampeões a kerozene e de carbureto e no dormitorio, substituímos aquelles lampeões pelas vélas de espermacete, pois o uso destas, não é prejudicial á saude dos menores, como se verifica do gaz desprendido do carbureto, além dos perigos de incendio, explosões communs, etc. (Relatório Anual de 1929)

Sobre os serviços de água, o fornecimento regular pelo município apresentou carências especialmente após a instalação de chuveiros e incremento do número de estudantes. Nos relatos abaixo, também extraídos dos relatórios anuais temos alguma ideia das dificuldades vivenciadas:

O abastecimento d'agua continua sendo feito pelo municipio, porém, torna-se necessario já um augmento de volume d'agua, o que para o anno providenciarei dentro dos recursos orçamentarios. (Relatório Anual de 1925) [...] O abastecimento d'agua continúa sendo feito pela Municipalidade, sendo porém escasso durante os mezes de verão, rasão por que terá de ser grandemente ampliado para a fuctura installação sanitaria, lavatorios, chuveiros, etc. ,etc. ,onde o consumo d'agua torna-se consideravel. (Relatório Anual de 1928)

Além das edificações, dificuldades com ferramentas inadequadas e materiais mínimos necessários para a execução dos trabalhos nas oficinas, foram também relatados.

No relatório anual do ano de 1929, temos manifesta a preocupação com a aprendizagem profissional dos estudantes, uma vez que não há equipamentos necessários, bem como condições adequadas nas instalações, as quais permitiriam a realização de práticas desejadas com a realização das oficinas de selaria, marcenaria e carpintaria. No excerto, do relatório anual de 1929, encontramos a seguinte manifestação:

Infelizmente, as condições de instalações de nossas oficinas não permitem um ensino demonstrativo mais amplo, como o caso requer, pois como sabeis, não dispomos de maquinaria, sendo exclusivamente manual todos os nossos trabalhos.
(Relatório Anual de 1929)

A necessidade de permanência de um médico e odontólogo no PAVG figurava igualmente importante, da mesma forma que a presença dos agrônomos. A preocupação com procedimentos médicos como suturas, aplicação de vermífugos, realização de curativos, aplicação de vacinas, bem como participação determinante do médico nos processos de ingresso de estudantes, por exemplo, os quais estão amplamente relatados nos documentos da instituição em seus relatórios e correspondências, se constitui num indicador relevante sobre o lugar ocupado por tais profissionais no contexto dos patronatos.

É na sessão destinada aos relatos de saúde que foram também encontrados registros de falecimentos de menores no interior da instituição e, igualmente, fora dela. Durante seus anos como Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923-1934) foram registrados dois falecimentos de alunos. O primeiro ocorreu no ano de 1927, por motivo de “meningite de fundo tuberculoso”, que acometeu o menor Honório Flores, educando de nº 4. Sua hospitalização durou seis dias, vindo a falecer no dia 13 de setembro daquele ano.

O segundo registro de óbito ocorreu no dia 24 de março de 1934, e foi do aluno Vicente de Paula Kunz, de nº 6. Seu falecimento trágico ocorreu nas dependências do Visconde da Graça, tendo como causa “afogamento por submersão”. Seu caso foi brevemente relatado no relatório anual de 1934, sendo pela pesquisadora e bolsista sugerido como local, o açude situado ao fundo da instituição, em área fronteira ao Aeroporto local, no final dos anos 1920, alguns anos após a instalação do PAVG. Foi procurado nos documentos na Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Câmpus, o processo de matrícula do aluno, onde se tem todas as documentações pessoais e, neste também não foi encontrado nenhum registro de sobre sua morte.

Os relatos destes óbitos não ficaram restritos ao período do patronato, infelizmente. Poucos detalhes foram informados nos documentos oficiais, o que pode indicar as precárias condições de vida e de assistência imediata a que estavam submetidos esses meninos. Refletir sobre a infraestrutura de atendimento, material e humana, que existia nos

patronatos é, também refletir sobre os rumos adotados posteriormente pela instituição, especialmente as dinâmicas internas e os aperfeiçoamentos buscados pelas gestões que seguiram.

Conforme pudemos observar, não havia qualquer impedimento para a implantação de um patronato agrícola, no que se refere as condições de ordem prática. Desde que tivesse disponibilidade de área de 200 hectares para sua instalação, a inexistência de quadro mínimo de funcionários e professores, bem como condições sanitárias adequadas, por exemplo, não se constituía objeto da preocupação das autoridades, tão pouco que as crianças ali internadas "trabalhassem nas terras do patronato", quase que exclusivamente. Afinal, preparar para o trabalho agrícola era um de seus maiores objetivos.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

2.1 - Uma década de “desvalidos da sorte” como concepção persistente

Os anos que se aproximaram da mudança para Aprendizado Agrícola, foram arejados pela mobilização de educadores brasileiros que, motivados por uma alteração substancial na metodologia e na estrutura do ensino, propuseram o que ficou conhecido como “Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)”. No bojo deste movimento vemos também refletidas algumas aspirações que podem ter influenciado a formulação da nova Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que viria a tomar corpo no ano de 1946, por meio do Decreto-Lei 9.613 de 20 de agosto. É no movimento da Escola Nova que se verifica a preocupação com o lugar da educação, na vanguarda do desenvolvimento nacional, a qual deveria estar refletida na modernização dos processos e estrutura da educação. Logo na abertura do manifesto temos indicada tal preocupação:

No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentário e desarticulado. (BRASIL, 2010, p. 33)

De ensino estático a ensino dinâmico, a proposta foi em busca de uma nova organização curricular a qual pretendia, de maneira integrada, uma nova estrutura educacional. Tais aspirações contemplavam também o ensino agrícola, desejando afastar-se da já atuante dualidade do ensino.

Cabe também refletir, a partir de artigo publicado no ano de 1955, na “Revista do Serviço Público”, intitulado “Esquema da evolução do ensino agrícola no Brasil”, que a

preocupação com a consolidação de ensino agrícola também esteve presente nos debates e proposições do Ministério da Agricultura, órgão ao qual estiveram ligados os estabelecimentos de ensino agrícola, até o ano de 1968, quando então, finalmente, foram transferidos para o Ministério da Educação. Naquele artigo, de autoria de Newton de Castro Belezza, temos a indicação de um fator preponderante para a mudança de perspectiva adotada pelo referido Ministério, a criação de uma Diretoria específica para tratar de maneira qualificada dos assuntos do ensino naquele âmbito:

Marcou o ano de 1933 uma etapa de restabelecimento de ordem e definição de rumos durante esta segunda fase de preocupações profissionais na evolução do ensino agrícola. Foi então criada a Diretoria do Ensino Agrícola, com a incumbência de tratar de tudo que se relacionasse com o assunto, sobretudo administrar os estabelecimentos de ensino agrícola subordinados ao Ministério da Agricultura e fiscalizar os pertencentes aos Estados e a particulares. Esse órgão, por transformações sucessivas, chegou à atual Superintendência do Ensino Agrícola e veterinário. (BELEZZA, 1955, p. 27)

Na sequência, neste mesmo artigo organizado pelo então Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, se vê manifesta a ruptura com padrões anteriores, estabelecidos com a organização dos patronatos agrícolas, voltados ao atendimento e assistência aos “menores desvalidos” e “indigentes”. De acordo com o texto, de 1955, temos que:

Perdeu assim o ensino agrícola aquele caráter de ensino emendativo ou de amparo a indigentes que era da própria natureza dos patronatos agrícolas, que representavam a forma de ensino profissional até então existente no Ministério da Agricultura. As escolas remanescentes desse tipo passaram, nessa ocasião, para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde se acham até hoje sob a jurisdição do Serviço de Assistência a Menores. (BELEZZA, 1955, p. 27-28)

É neste momento que, temos o que pode ser identificado como a segunda etapa (de três estágios que fazem parte da evolução do ensino agrícola), a qual diz respeito à profissionalização do ensino agrícola. Neste ponto se assiste à sua consolidação em diferentes graus e modalidades, que tem como traço fundamental, a “racionalização” do ensino proposto pelo Ministério da Agricultura, indo ao encontro da primeira transformação, das muitas que ocorrerão, nas lógicas de intervenção sobre a infância pobre e do ensino levadas adiante pelo Estado brasileiro.

Por fim, destacamos que, ao longo de uma década, o PAVG situado no extremo sul do Brasil, viu implantar um modelo de gestão de meninos “desvalidos da sorte” impondo-lhes formas de trabalho e ensino com a intenção de torná-los úteis para a nação. Ao longo do texto apontamos os afastamentos da proposta prevista na legislação e os arranjos locais que tornaram tal modelo possível e viável, da mesma maneira que apresentamos os debates e alterações que possibilitaram sua transformação em Aprendizado Agrícola. Destacamos que foi decisiva campanha local impulsionada por periódicos locais e a gestão

da instituição, a qual apontava a necessidade de mudar o público-alvo da instituição, uma vez que já não eram os mesmos os objetivos institucionais. Descartados, muitos destes meninos seguiram para instituições de reforma vinculados ao Ministério da Justiça, enquanto outros se adaptaram ao novo modelo, cumprindo requisitos, exames e testes, tal como se percebe repetir ao longo dos anos, sobretudo no presente.

Referências:

- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos. 1978.
- BELEZZA, Newton. **Esquema da evolução do ensino agrícola no Brasil**. Disponível em <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4903/2665>
- BRASIL. **Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959)**. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>
- DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986 (2. ed.)
- FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
- FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011. 3. ed.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rop; São Paulo: Loyola, 2004.
- RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância**. São Paulo: Cortez, 2011b
- SILVA, Cristiano Lemes da. “Me” vou pilchado pra aula, um tento atando os “caderno”, que eu sou o próprio Rio Grande cruzando o mundo moderno: um estudo antropológico sobre a construção e a atualização da identidade – subjetividade gaúcha no Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Pelotas – Visconde da Graça (IFSulCaVG). 2016, 135 f. **Dissertação**. (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.
- PEREIRA, Fabíola Mattos. “Nestes termos, pede deferimento”: Uma etnografia das dinâmicas de intervenção e das práticas de assistência em uma instituição de ensino agrícola, na cidade de Pelotas, RS, Brasil (1923-1990). 2018, 233f. **Tese**. (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8302>
- RIBEIRO, Angelita Soares. Imagens embriagadas, a cruzada das crianças: barbárie e reencantamento do mundo. 2018, 149f. **Tese**. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/4424/1/TESE.%20RIBEIRO%2C%20Ang%20elita%20Soares%2C%202018.pdf>
- VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **O mal que se adivinha: Polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910 – 1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- VILLALTA, Carla. **Entregas y secuestros: El rol del Estado en la apropiación de niños**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Porto; Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales – CELS, 2012.